

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 11 de março de 2019 às 09h08*  
*Seleção de Notícias*

Correio Braziliense | BR

Pirataria

Pirataria e streaming são ameaça à TV por assinatura .....	3
<small>NEGÓCIOS   JAQUELINE MENDES</small>	

DCI Online | SP

Marco regulatório | Anvisa

20 anos de Lei dos Genéricos .....	5
<small>ARTIGO</small>	

# Pirataria e streaming são ameaça à TV por assinatura

NEGÓCIOS

Carlos Somonte/Netflix/Divulgação



*Cena de Roma, vencedor do Oscar de filme estrangeiro deste ano, lançado pela plataforma de streaming e em exibição no Netflix*

*Mercado de canais pagos recuou em 2018 ao nível de 2012 em número de assinantes. Entidade do setor estima que 20% dos usuários estejam furtando sinal. E muitos nem sequer sabem disso*

Jaqueline Mendes

São Paulo -- A popularização dos serviços de streaming no Brasil, especialmente de canais que nasceram com esse propósito, como o Netflix, tem mudado a forma como os brasileiros consomem produtos pela televisão. Por um lado, a tecnologia on demand permite flexibilidade e conforto para o telespectador, que pode assistir aos seus programas favoritos a qualquer hora e em qualquer lugar. Por outro, o streaming, associado a um aumento vertiginoso da **pirataria** de sinal, o popular "gatonet", está gerando dificuldades para as empresas de TV por assinatura.

De acordo com números da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), o contingente de assinantes de TV paga atingiu em 2018 o total de 17,7 milhões de lares, o menor número desde 2012, quando o ano fechou com 16,3 milhões. "Os hábitos estão

mudando, sim, mas o nosso grande problema tem sido a **pirataria** em todo o Brasil, que causa prejuízos às empresas e aos cofres públicos, que deixam de arrecadar com o serviço legal", disse Oscar Simões, presidente da ABTA. "Sem a **pirataria**, o mercado de televisão por assinatura teria receitas anuais de R\$ 4 bilhões a mais e estaria pagando R\$ 550 milhões a mais de impostos anualmente."

De acordo com a ABTA, existem hoje mais de 3,3 milhões de decodificadores piratas em funcionamento no Brasil. Na ponta do lápis, se o "gatonet" fosse uma empresa legalizada, ocuparia a terceira colocação no ranking nacional, atrás apenas de Claro/Net, com 8,9 milhões de clientes, e da Sky, com 5,2 milhões.

Embora a pirataria e o streaming sejam coisas distintas, uma tem incentivado a outra a crescer, segundo especialistas. Nos cálculos da gigante americana de tecnologia Cisco, 6,5 milhões de televisores que recebem sinal furtado via internet entraram no Brasil nos últimos três anos pela fronteira com o Paraguai. Em 2015, segundo a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, havia 4,5 milhões de "assinantes" que furtavam o sinal dos canais pagos diretamente de satélites. "O contrabando que antes era dominado por aparelhos de som e videogames, hoje é liderado pelos aparelhos que oferecem acesso ilimitado a canais pagos e aplicativos de streaming", afirmou Paulo Miranda, economista e consultor em telecomunicações.

Essas caixinhas custam entre R\$ 300 e R\$ 700 e não cobram mensalidade. Além de gratuitos, oferecem canais pagos que são pay-per-view, uma importante fonte de receita das tevês por assinatura. Segundo Marcio Machry, engenheiro da Cisco, os piratas recebem os sinais legalmente das operadoras, via satélite, em grandes data centers. A programação é codificada para streaming e armazenada em servidores na nuvem, de onde chegam até a casa dos

Continuação: Pirataria e streaming são ameaça à TV por assinatura

assinantes piratas, através de modems conectados à TV ou ao PC. "Mais do que os novos canais de streaming, a pirataria é o maior concorrente para a TV paga", disse Machry em um painel do PayTV Fórum, no ano passado.

O problema é que, além de furtar o sinal das operadoras legalizadas, alguns grupos de hackers se apresentam como oficiais prestadores de serviço, e cobram entre R\$ 20 e R\$ 35 mensais. "Muita gente tem TV pirata e não sabe. Pode estar abrindo seus dados bancários a bandidos ao conectar seu PC a uma quadrilha internacional", alertou a ABTA em recente

comunicado.

De acordo com a entidade, a pirataria movimentou R\$ 6 bilhões por ano entre evasão de receitas e sonegação de impostos. A cifra corresponde a 20% do faturamento de todo o mercado de TV paga no ano passado, de pouco mais de R\$ 30 bilhões. A ABTA estima que, apenas no acumulado dos 12 meses de 2018, foram importados mais de 3,1 milhões de receptores de streaming chineses, por meio de contrabando do Paraguai, que movimentou US\$ 115 milhões.

## 20 anos de Lei dos Genéricos

### ARTIGO



*A mudança que permitiu o acesso dos mais pobres aos medicamentos*

No Brasil, a Lei dos Medicamentos Genéricos (nº 9.787) foi implementada em 10 de fevereiro de 1999 com um objetivo macro muito claro: ampliar o acesso da população a tratamentos eficazes, seguros e, obviamente, mais baratos. É, sem exageros, um marco na saúde pública do País.

Na prática, a lei viabilizou a comercialização de medicamentos com patentes expiradas para laboratórios que tiverem interesse em produzi-los. Nesses 20 anos, a economia gerada pelo genérico já ultrapassa a casa dos R\$ 120 milhões. Todavia, um olhar mais atento sobre esse cenário pode mostrar um leque ainda maior de benefícios que também devem ser mencionados, tamanho o rearranjo que provocaram no mercado.

O primeiro diz respeito a regulação. Com regras claras estabelecendo padrões de segurança, os medicamentos genéricos chegam ao consumidor com sua eficácia garantida. A partir daí, foi possível aperfeiçoar a indústria farmacêutica como um todo.

A expertise regulatória também foi ponto de partida para elevar a régua da qualidade dos medicamentos no Brasil. O texto da lei foi promulgado em total concordância com legislações de países desenvolvidos, como os Estados Unidos e Canadá. Hoje, esses dois países nos dão bons exemplos de maturidade de mercado com números dignos de nota. Nos EUA, os genéricos respondem por uma fatia de 75%, enquanto o Canadá registra 90%. Isso demonstra o grande e desafiador potencial de crescimento que temos do lado de cá do trópico - no Brasil, a compra de medicamentos genéricos corresponde a menos de 35%,

segundo dados da [Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\)](#).

A Lei dos Genéricos também determinou como obrigatória a comprovação da compatibilidade terapêutica. É sabido que, para a produção de um genérico, usa-se o medicamento de referência como modelo, sem a necessidade de estudos clínicos, que encarecem consideravelmente o processo. O que garante a compatibilidade entre o medicamento referência e o genérico são os testes de bioequivalência - esses, sim, imperativos de acordo com a lei. Quando a qualidade do genérico é posta em cheque, também é válido lembrar que, aqui no Brasil, o órgão que valida e autoriza o lançamento de medicamentos - sejam genéricos ou de referência - é sempre o mesmo, a [Anvisa](#). O rebuliço que sucedeu a lei provocou profundas mudanças na indústria e reconfigurou o mercado. A dinâmica passou a ser protagonizada pelo preço e estimulou a concorrência, obrigando fabricantes a rever os valores de medicamentos de referência. As empresas de genéricos, por sua vez, apostaram no requinte da produção e aprimoraram seus produtos. Na ponta, o consumidor era e ainda é o principal beneficiado.

Facilitar o acesso e a adesão da população ao tratamento de doenças implica necessariamente em preços menores. A lei estabelece que o medicamento genérico deve custar 35% menos que o de referência e essa margem pode ser mais expressiva, a depender das políticas praticadas nos laboratórios.

Aliviar gastos da população e dos sistemas de saúde públicos, que se tornam cada vez mais sobre-carregados, é uma grande conquista. Hoje, nós podemos contar com o tratamento das doenças e

Continuação: 20 anos de Lei dos Genéricos

sintomas que mais acometem a população por um preço menor. Por isso, o aniversário de 20 anos da Lei do Medicamento Genérico precisa ser lembrado, divulgado, celebrado.

sac.sandoz@sandoz.com

## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria**

3

**Marco regulatório | Anvisa**

5